

FACULDADE JESUÍTA DE FILOSOFIA E TEOLOGIA - FAJE
REDE BRASILEIRA DE CENTROS E INSTITUTOS DE JUVENTUDE
PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM JUVENTUDE NO MUNDO
CONTEMPORÂNEO



ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI:
os discursos sobre si e os modos de subjetivação

Vanessa Aparecida Araújo Correia

GOIÂNIA

2011



FACULDADE JESUÍTA DE FILOSOFIA E TEOLOGIA - FAJE
REDE BRASILEIRA DE CENTROS E INSTITUTOS DE JUVENTUDE
PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM JUVENTUDE NO MUNDO
CONTEMPORÂNEO



ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI:
os discursos sobre si e os modos de subjetivação

Vanessa Aparecida Araújo Correia

Orientador: Prof. Ms. Walderes Brito

Artigo final apresentado ao Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Juventude no Mundo Contemporâneo como requisito para obtenção do grau de especialista.

GOIÂNIA

2011



ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI: os discursos sobre si e os modos de subjetivação



Vanessa Aparecida Araújo Correia

Artigo para a conclusão do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu Juventude no Mundo Contemporâneo, submetido à Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia - FAJE e à Rede Brasileira de Centros e Institutos de Juventude, como parte dos requisitos para o grau de Pós-Graduado em Juventude no Mundo Contemporâneo.

Aprovado por:

Assinatura do orientador

Data: ____ / ____ / ____

Nota: _____



Resumo

Este artigo tangencia três perspectivas a respeito da investigação qualitativa junto a adolescentes e jovens em conflito com a lei. A primeira questão em debate são os desafios de estabelecer diálogo com e escuta desse público. A segunda é a circulação dos discursos sobre esses adolescentes e a identificação que eles mesmos fazem de seus significados. A terceira é o modo como os discursos os tornam objetos de conhecimento das instituições e também de si mesmos, num processo de subjetivação. Assim, o artigo identifica que os discursos sobre adolescentes, sobretudo em conflito com a lei, se circunscrevem como práticas de poder que tendem a individualizá-los, como categoria geracional e social, marcá-los e corrigi-los, na medida em que descrevem esses sujeitos. As práticas que esse discurso põem em funcionamento se manifestam por meio da prescrição de medidas e técnicas destinadas a eles, muitas relacionadas ao endurecimento penal. Aponta ainda as questões da resistência aos modos de subjetivação.

Palavras-chave: adolescentes, juventude, discursos, subjetivação, mídia.

Mini-curriculum:

Graduada em jornalismo, pela Universidade de Santo Amaro, atualmente é estudante da Especialização em Juventude, pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia – FAJE e do Mestrado em Estudos Culturais pela Universidade de São Paulo – USP. Atua como comunicadora e assessora pastoral de jovens e organizações juvenis, tem interesse de pesquisa na articulação dos campos mídia, cultura, discursos, adolescência e juventude, gênero e poder.

1. Introdução

O presente artigo dá continuidade à pesquisa iniciada na graduação que tratava da cobertura midiática sobre irregularidades penais envolvendo adolescentes e jovens¹ e o seu impacto nas medidas de endurecimento penal orientadas a esse público. O trabalho monográfico, com o auxílio da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), Fundação W.K. Kellogg e Instituto WCF, intitulou-se "O caso Champinha: o papel da imprensa paulista na consolidação de uma mentalidade social punitiva" (CORREIA, 2011)². Nesse estudo, tendo como foco a análise do discurso dos jornais impressos, busquei analisar como a imprensa atua na difusão das formas tradicionais de sociabilidade, por meio de discurso que difunde e consolida a prática punitiva, cultivada no ressentimento coletivo. A análise foi feita com o material editorial publicado sobre o caso por dois veículos do Estado de São Paulo: a Folha de São Paulo e o Jornal da Tarde, ambos do mesmo grupo editorial/empresarial.

Este estudo apontou a importância do discurso midiático na proposição de medidas de endurecimento da legislação penal destinada a adolescentes e jovens por sua grande capacidade de influência sobre a sociedade. Esta pesquisa monográfica, no entanto, já apontava para uma não unilateralidade na composição do discurso midiático, isto é, os meios de comunicação ao mesmo tempo pautam e são pautados pela sociedade no que diz respeito à opinião sobre questões penais, morais, políticas, entre outros aspectos. Ainda assim, compreende-se que os meios de comunicação ao 'cobrir' eventos da sociedade não apenas representam uma realidade preexistente, mas atuam na construção, na materialidade, dessa mesma realidade, por meio do discurso.

A partir deste estudo, outras questões emergiram e perduraram. Entre elas: como os adolescentes e jovens em conflito com a lei recebem e significam o discurso da mídia e de outras instituições a respeito de si? Qual é a posição dos próprios adolescentes em relação a esse discurso? Quais os modos de subjetivação desses adolescentes, submetidos aos discursos midiáticos? Como produzem resistência, por meio da elaboração de contra-discursos?

1 Neste artigo, usamos os termos adolescentes e jovens como conceituados pela sociologia: uma categoria social (GROPPO, 2000; ABRAMO, 1994). Adolescência e juventude são compreendidas, aqui, como mesma categoria, apesar das diferenças etárias, adotada pela Secretaria Nacional de Juventude (15-18 jovens adolescentes; 19-24 jovens jovens; 25-29 jovens adultos).

2 Monografia desenvolvida sob orientação do professor Mestre José Carlos Soares.

Estas perguntas eclodem de um deslocamento na preocupação constituinte do problema de pesquisa: do foco de emissão do discurso para a recepção da audiência, uma perspectiva cara aos Estudos Culturais³. Esse deslocamento acontece no sentido de lançar olhar ao discurso e à constituição das subjetividades da audiência, a partir da compreensão das mediações e da negociação de sentidos, dadas num contexto de contradições e embates, presentes nas diferenças de gênero, de classe, de geração, de etnia, entre outras.

Para responder a parte destas indagações, na Pós-graduação em Juventude no Mundo Contemporâneo, buscou-se analisar não o discurso midiático, mas o modo como os adolescentes identificam os discursos sobre eles e, a partir disso, quais os modos de subjetivação e de produção de resistência. Por causa de limitações na investigação de campo não foi possível compreender mais profundamente a construção do discurso dos adolescentes. Mas este artigo avança na reflexão, apontando como adolescentes identificam os discursos que circulam sobre eles, na mídia, na escola, na família e na polícia. Reflete ainda como esses discursos atuam no processo de subjetivação de adolescentes em conflito com a lei e como se materializam em práticas destinadas a eles, por meio do exercício de poder.

Para as análises, recorri à perspectiva foucaultiana do discurso, considerada como profícua para identificar os modos de subjetivação, de construção de resistência e as práticas institucionais destinadas a adolescentes e jovens.

2. Enunciado do problema

Um ponto de partida pertinente para refletir os discursos sobre adolescentes em conflito com a lei, sobretudo, os midiáticos, é a relação entre discurso e prática, ou, melhor dizendo, as práticas vivas no discurso. Segundo Michel Foucault,

as práticas discursivas não são pura e simplesmente modos de fabricação de discursos. Elas tomam corpo no conjunto das técnicas, das instituições, dos esquemas de comportamento, dos tipos de transmissão e de difusão, nas formas pedagógicas que, por sua vez, as impõem e mantêm (apud

3 Os Estudos Culturais são um campo de investigação interdisciplinar, que têm como precursores Richard Hoggart, Raymond Williams, Edward P. Thompson, Stuart Hall e Paddy Whannel, fundadores do Centro de Estudos Culturais Contemporâneos, em Birmingham, na Inglaterra.

É possível afirmar que as práticas vivas nos discursos sobre adolescentes se constituem de técnicas e prescrições que se definem como ideal a eles; e de descrições e relações que demarcam as categorias identitárias e as posições sociais que devem ocupar. Para Rosa Maria Bueno Fisher (2011a, p. 198-199), "analisar o discurso seria dar conta exatamente disso: de relações históricas, de práticas muito concretas, que estão 'vivas' nos discursos [...] na medida em que a linguagem também é constitutiva de prática".

Além disso, para Foucault, na obra citada, os controles internos e externos de delimitação do discurso pretendem limitar seus poderes, dominar suas oposições e selecionar os sujeitos que falam, revelando as relações entre desejo e poder, presentes nos sistemas de exclusão que incidem sobre o discurso. Especificamente na seleção dos sujeitos que falam, nota-se que o direito privilegiado ou exclusivo de falar é objeto de disputa. Conquistar o direito de falar por si é uma das trincheiras das práticas discursivas. Nesse sentido, compreender como os jovens participam dessa luta, como conquistam ou perdem o direito de falar por si torna-se importante para compreender como se instaura e como se exerce o poder em relação aos jovens.

Neste artigo, considera-se que a materialidade das práticas sociais constitui-se discursivamente, uma vez que o discurso, segundo Foucault (1996), não se restringe a signos ou referência às coisas, mas põe em funcionamento relações de saber e poder, que produzem verdades sobre os sujeitos falados. Para o autor, é a materialidade do discurso que o cerca de cuidados e cerceamentos, e que determina seu perigo. Em relação à materialidade do discurso, duas constatações estão implicadas na temática deste artigo.

1) o discurso midiático tem se revelado importante na proposição de medidas da legislação penal destinada a adolescentes, notadamente, tem influenciado a proposição de medidas de endurecimento penal.

Essa capacidade de agência da mídia deriva da capilaridade de seu discurso e, conseqüentemente, de sua capacidade de influenciar a formação de opinião, assim como do poder político e econômico que desfrutam os meios de comunicação social no Brasil. Supõe-se que a agência da mídia na prescrição de políticas penais para adolescentes atua também entre os próprios adolescentes, em processos de

subjetivação. Essa observação parece relevante, sobretudo, por compreender a adolescência e a juventude como categorias sociais e, ao mesmo tempo, construções culturais; o que leva a considerar que, enquanto sujeitos sociais, os adolescentes e jovens estão envolvidos, afetados e participantes de todos os processos sociais e culturais aos quais são contemporâneos e sujeitos aos mesmos enunciados discursivos em voga. Outra observação importante é a de que o discurso e as prescrições midiáticas são parte dos processamentos dos enunciados discursivos ativos e circulantes na sociedade de um modo geral, isto é, respondem às expectativas da própria sociedade. Portanto, os discursos midiáticos são profundamente enredados e, de certa forma, coerentes com os valores hegemônicos que circulam pela sociedade, como senso-comum.

2) os enunciados discursivos a respeito de adolescentes em conflito com a lei são parte dos recursos que esses indivíduos têm para construir sua própria subjetividade, para, ao encontrarem uma verdade sobre si, tornarem-se sujeitos. Para Foucault,

Há dois significados para a palavra sujeito: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjulga e torna sujeito a. (FOUCAULT, 1995, p. 235).

O discurso midiático, assim como a própria experiência do delito e da pena, conecta o indivíduo a uma determinada ação, à medida que o adolescente envolvido com irregularidades penais passa a ser reconhecido pela autoria do ato criminoso. Segundo Luiz Eduardo Soares (2006, p. 131), “o delito [...] fixa também a relação do sujeito consigo mesmo, pelo viés negativo, pela mediação do ato e da qualidade que o vínculo reificado com o ato confere ao sujeito”. Desse modo, uma questão pertinente para este estudo é: em que medida o discurso midiático, ao reforçar o reconhecimento do adolescente como infrator, ligando-o ao ato, contribui para a constituição de sua subjetividade, interferindo na relação do sujeito consigo mesmo?

Numa perspectiva foucaultiana, entende-se que o discurso sobre o adolescente em conflito com a lei cumpre a função de individualizá-lo, marcá-lo e corrigi-lo. Essa prática discursiva midiática pode ser compreendida na esteira da descrição do exercício de poder, como descrito por Foucault.

[esta forma de poder] aplica-se à vida cotidiana imediata que categoriza o

indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos. (FOCAULT, 1995, p. 235).

O funcionamento do exercício do poder, na prática discursiva dos meios de comunicação, na cobertura de casos envolvendo adolescentes em conflito com a lei, pode ser sistematizado numa operação composta, basicamente, por três mecanismos:

a) visibilidade - os anúncios midiáticos repetidos sobre os “crimes” cometidos por esse público faz emergir esse segmento na cena pública. A mídia assim contribui para visibilizá-los, marcá-los, individualizá-los, isto é, ligá-los a uma verdade sobre si, que eles e os outros devem reconhecer. Nota-se que somente os "crimes de menores" são credenciados a partir da abordagem geracional, enquanto não há muitos flagrantes de adjetivação geracional a crimes cometidos por adultos.

b) estigmatização - nos noticiários da imprensa é pautada predominantemente a categoria “menores”, termo do discurso jurídico para definir a situação legal de indivíduos com menos de 18 anos que foi incorporado pela imprensa para designar, não todos os adolescentes que se enquadram na mesma categoria jurídica, mas apenas jovens empobrecidos⁴. Aqui, o *modus operandi* midiático difere dos métodos de poder, citados por Foucault, que identifica a documentação da individualidade e a transformação de cada indivíduo em um caso, como um dos mecanismos de controle. Embora se trate da mesma técnica, no caso da operação da mídia, trata-se mais da estigmatização de um segmento social, de uma geração, de uma classe social, etc. Essa noção se agrava quando se trata de jovens pobres. Esses já são considerados potencialmente criminosos, incapazes de corresponder com a sociabilidade/integração desejada pela sociedade (traduzida em tornar-se mão-de-obra e consumir).

c) prescrição - as notícias veiculadas pela mídia geralmente apontam para um (ou uns) tipo de solução do “problema da criminalidade juvenil”, sinalizando um empenho da mídia em agendar a sociedade e também os poderes administrativos, legislativos e judiciários (LIPPMANN, 1922). Isso pode se dá por meio das fontes selecionadas, do foco da matéria ou dos desdobramentos possibilitados pela

⁴ “Ser *menor* é mais que ter menos de 18 anos. Aliás, os que são filhos de ‘famílias organizadas’ são crianças e jovens, *menores* são os outros” (PASSETTI, 1987, p. 23).

abordagem da cobertura. Desse modo, a informação pode ser compreendida como um sistema controlado das palavras de ordem que têm curso numa dada sociedade.

Para Delleuze (1999) toda comunicação trata-se, em essência, de emissão de palavras de ordem. As palavras de ordem processadas e emitidas pela imprensa, apesar de pautar a sociedade em certo grau, respondem às demandas dessa mesma sociedade, em especial em questões relacionadas à violência e à segurança, num sistema punitivo que se retroalimenta. O engajamento da imprensa na disseminação e legitimação das proposições disciplinares, proibitivas e encarceradoras impostas a jovens – principalmente os/as empobrecidos/as – torna-se tanto propulsor como resultado dos desejos sociais, produzidos e traduzidos nos enunciados discursivos de diferentes instituições e saberes.

Grosso modo, esses três mecanismos, que podem ser sistematizados de outras formas, revelam a peculiaridade do papel da mídia como lugar onde são processados e emitidos discursos de diversas origens e saberes. Segundo Rosa Maria Bueno Fisher (2011a, p. 123), no discurso midiático encontramos uma "superposição de verdades", por se tornar um local privilegiado de "produção, veiculação e circulação de enunciados de múltiplas fontes, sejam eles diretamente criados a partir de outras formações, sejam eles gerados nos próprios meios [de comunicação]", com um alcance amplificado, pela capacidade das tecnologias. Seja como for, esse discurso constitui-se como um objeto de conhecimento do adolescente em conflito com a lei sobre si mesmo, construindo subjetividades, e um objeto para o conhecimento da sociedade sobre esses adolescentes, influenciado a articulação política em torno do problema dos adolescentes 'infratores'.

3. A aproximação com os interlocutores

A abordagem utilizada nesta pesquisa é a qualitativa que, em si, impõe um caminho incerto e dinâmico, exigindo flexibilidade. Apesar do compromisso formal com os critérios de cientificidade, a metodologia qualitativa precisa dispor de criatividade que se adéque à rotina dos interlocutores.

De um modo ou de outro, toda pesquisa qualitativa está sujeita a imprevisibilidades entre o planejado e o percurso real ao qual terá de se submeter.

Estas inadequações estão relacionadas ao tempo; à disposição dos interlocutores; ao contato com instituições ou terceiros que sejam importantes para a realização da investigação de campo; e aos próprios resultados inusitados descobertos no contato com os participantes que podem, inclusive, mudar a orientação da investigação.

Quando o tema e o interlocutor da investigação ou reflexão são os públicos geralmente negligenciados ou subalternizados (seja na vida social, seja na academia) o desafio se dilata. No caso de adolescentes e jovens, como constata a socióloga Helena Abramo (1997, p. 25),

a maior parte da reflexão é ainda destinada a discutir os sistemas e instituições presentes nas vidas dos jovens (notadamente as instituições escolares, ou a família, ou ainda os sistemas jurídicos e penais, no caso de adolescentes em situação 'anormal' ou de risco), ou mesmo as estruturas sociais que conformam situações problemáticas para os jovens, poucas delas enfocando o modo como os próprios jovens vivem e elaboram essas situações.

Mais de uma década depois da publicação do texto de Abramo, nota-se que essa tendência começa a declinar. A pesquisa em juventude tem ganhado corpo e qualidade. Diversos estudos e publicações como, por exemplo, os de Helena Abramo (1994, 2005), Regina Novaes (2003) e Antônio Groppo (2000), debateram o tema nos últimos anos, buscando conceituar o 'objeto' juventude, compreender a condição juvenil no Brasil e avaliar ou propor diretrizes de políticas públicas para este segmento.

A intersecção dos temas juventude, violência e irregularidades penais, como os de Miriam Abramovay (2002), Sérgio Adorno (2000) e Luiz Eduardo Soares (2004), também despertaram interesse na academia e foi assunto de bons textos. Da mesma forma, a recepção dos produtos midiáticos pelos adolescentes e jovens é objeto de muitos estudos contemporâneos.

No entanto, fruto da própria invisibilidade, estudada por Luiz Eduardo Soares (2004), os sentidos e discursos produzidos pelos jovens envolvidos com irregularidades penais sobre os diferentes discursos e produções midiáticas a respeito de si não foram ainda objeto de muitos estudos.

Do mesmo modo que Ângela Cristina Salgueiro Marques, utilizando um conceito de Nancy Frase, define as mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família, identificamos os jovens envolvidos com irregularidades penais como "contrapúblicos subalternos", uma vez que eles também "constituem-se como vozes

minoritárias, invisíveis e algumas vezes opositoras". Esses adolescentes "expressam-se fora do fluxo discursivo principal das esferas de visibilidade ampliada e dos espaços deliberativos formais" (MARQUES, 2008, p. 156). Evidente que criar espaços de escuta para esse público nas investigações acadêmicas é insuficiente para romper com o silenciamento estabelecido, mas com a lacuna de estudos que o tenha como interlocutor tampouco se pode vislumbrar possibilidades para que o subalterno possa falar⁵.

Com essa perspectiva, a intenção inicial desse estudo era compreender os contradiscursos produzidos por estes adolescentes e jovens, a partir do processo de negociação de sentidos dos discursos midiáticos a respeito de si. Algumas significativas dificuldades de campo limitaram as possibilidades investigativas; entre elas, as condições reais de estabelecer o vínculo necessário com o grupo de adolescentes, resultado do desafio de encontrar acesso a uma instituição de atendimento a adolescentes que cumprem medida socioeducativa em liberdade⁶; adequar o projeto à rotina deles⁷; e o tempo de execução do projeto⁸.

O que foi possível obter do campo é, seguramente, insuficiente para avançar nas reflexões tanta quanto o projeto inicial se propôs, mas trata-se de material fecundo para suscitar curiosidades e novas indagações, contribuir com o mapeamento dos desafios de pesquisa junto a esse público, assim como propor, para futuras pesquisas, um caminho metodológico exequível, adequado ao funcionamento da rotina das instituições, das exigências científicas e da vida dos adolescentes.

Das infelicidades e fracassos dos primeiros planos de pesquisa, restou um conjunto de elementos que não foram readequados, negociados ou ajustados no intuito de tornarem-se exequíveis para a pesquisadora. Trata-se de três componentes que, embora tenham sido submetidos a adequações, foram

5 A expressão faz referência a obra de Gayatri Chakravorty Spivak, intitulada "Pode o subalterno falar?", publicada em 1994, no campo dos estudos pós-coloniais. Spivak afirma que o subalterno está sempre representado pelos discursos dominantes e que não se define ou fala por si próprio; a autora aborda, sobretudo, a situação da mulher, que, para ela, vive uma subalternidade ainda mais acentuada do que os homens subalternizados.

6 Entre os meses de fevereiro a junho de 2011, foram contatadas três instituições, uma de cada vez; somente a última permitiu o acesso aos adolescentes.

7 Os adolescentes com os quais se estabeleceu contato não têm atividades de grupos frequentes na Instituição, somente uma vez por mês, com presença rotativa, duração pequena de cada encontro e pouca cultura de trabalhos em grupo entre os adolescentes.

8 A pesquisa foi feita como pré-requisito para obtenção do título de especialista em juventude, com prazo de doze meses de duração.

preservados: 1) a adolescência e a juventude em conflito com a lei ou em alguma situação de marginalidade como tema e como espaço de interlocução. A sua participação na pesquisa revelou-se inegociável, com o intuito de não apenas investigar os discursos de terceiros sobre eles, mas a recepção e negociação de sentido que eles fazem desses discursos sobre si e seus pares; 2) a mídia como foco de atenção, isto é, a percepção da importância do discurso midiático na construção de hegemonias nos enunciados discursivos sobre jovens e as práticas vivas nesse discurso; 3) o processo de construção dos discursos juvenis como lugar de autonomia e contradição, emergidos no confronto com os discursos midiáticos e em sua própria condição de jovem.

O princípio metodológico e político de escuta dos adolescentes não está fundado em uma pressuposição de que de suas bocas sairá sempre uma verdade ainda não conhecida, mas da percepção de que, ainda que suas falas sejam repercussão e/ou mobilização das falas adultas sobre si, elas trazem novidades, porque ditas por eles. De fato, para Michel Foucault (1996), o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de ser dito, de sua emergência e de sua circulação.

3.1. Instrumento de escuta dos jovens

A pesquisa em questão foi realizada na capital de São Paulo, com adolescentes que cumprem medida socioeducativa em liberdade, sob acompanhamento do Centro de Orientação à Família – Núcleo de Proteção Especial Despertar para a Vida, localizado no Jd. Princesa, ativo desde 21/09/2007, conveniado com a Sub-prefeitura de Brasilândia e Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social. Participaram do encontro quinze adolescentes do sexo masculino⁹, com idades de 14 a 17 anos, todos pardos ou pretos. De acordo com a direção da Instituição, a maior parte dos adolescentes atendidos pelo Despertar para a Vida cumpre medida socioeducativa por tráfico de drogas; a maioria está matriculada na escola, por ser esta uma das exigências da Vara da Infância e Juventude para o cumprimento da medida, mas estão em atraso idade-série e, grande parte, tem dificuldade com a alfabetização.

⁹ Dos mais de 100 adolescentes acompanhados pela instituição, somente quatro são meninas e elas não compareceram no dia do encontro.

Os adolescentes ouvidos não foram propriamente escolhidos, tendo participado da conversa aqueles que foram ao encontro mensal que a instituição realiza com os atendidos. Os dados foram coletados a partir de um único encontro de duas horas com os adolescentes, dentro da instituição que assiste a medida socioeducativa. O encontro se dividiu em duas partes: 1) a identificação que eles fazem deles mesmos enquanto adolescentes; 2) a identificação que eles fazem dos discursos sobre adolescentes na mídia, na escola, na polícia e na família¹⁰.

Para conversar com os interlocutores sobre como reconhecem os discursos destas instituições sobre si foi necessário, em primeiro lugar, saber se eles se reconhecem como adolescentes e jovens, isto é, se eles se identificam como destinatários, objetos ou interlocutores dos discursos sobre adolescentes.

Ultrapassando, todavia, a perspectiva da mera atribuição da identidade de adolescentes aos participantes, quisemos conhecer como eles próprios se reconhecem, se identificam, se credenciam como adolescentes. Para isso, foram apresentadas algumas referências dentro dos recortes geracionais: criança, adolescente, jovem e adulto. E outras duas categorias: estudantes, geralmente atribuída a jovens; e trabalhadores, geralmente atribuída a adultos. A maioria se afirmou como adolescente, alguns como jovens, um como criança, e nenhum como estudante ou trabalhador.

Na segunda parte do encontro, os adolescentes foram apresentados a um conjunto de adjetivos referenciados aos adolescentes e jovens¹¹ e deveriam atribuí-los ao discurso da escola, da família, da polícia e da mídia a respeito deles, ou, ainda, descartá-los.

4. Sobre o que eles dizem

4.1. Por que crianças, adolescentes e jovens

10 Apesar de este estudo aprofundar o discurso midiático, a inserção de outras instituições na conversa com os adolescentes partiu do entendimento de que a mídia põe em circulação enunciados discursivos de outras instituições e essas instituições mobilizam enunciados veiculados pela mídia, seja produzidos por elas, seja por outros campos discursivos.

11 A lista de adjetivos foi elaborada com material de uma dinâmica feita com um grupo de educadores de jovens, realizada pelo Centro de Juventude Anchieta, dirigido pelos padres jesuítas, em novembro de 2010, acrescidas de outras pela pesquisadora. Na dinâmica referida, os educadores foram perguntados sobre o que escutam sobre os jovens e o que eles dizem dos jovens.

A resposta mais recorrente dada pelos adolescentes sobre o porquê se consideram como tal foi "porque sim". Não indicaram outra razão e, aliás, até pareciam considerar a pergunta sem propósito. Talvez, a cronologização do percurso das idades seja uma ideia bem difundida e/ou bem aceita entre eles. Isso porque, a segunda resposta mais recorrente foi "*por causa da idade*", seguida de "porque os outros dizem que eu sou". Inclusive, um dos participantes se afirmou como "aborrecente", porque é desse modo que falam dele em casa. Isto é, os discursos circulantes sobre a adolescência fazem esses sujeitos se encontrarem com uma *verdade* sobre si mesmo, que compõe parte relevante nos recursos que têm para construir sua identidade.

Para a maioria, tanto faz se são chamados de adolescentes ou de jovens ou de estudantes. Criança parece ser o adjetivo que mais rejeitam, seguido de adultos. Um dos jovens, que havia se identificado com criança (o mais jovem de todos, com 14 anos, mas com um porte físico bem inferior aos outros), se retificou, dizendo que eram os outros quem dizia isso dele: "os fofoqueiros da rua" e a família.

A facilidade ao se identificarem como adolescentes pode se referir tanto à representação que se tem deles na família, na rua, na escola, quanto também à sua situação legal de cumprimento de uma medida judicial atribuída a adolescentes. Nesse caso, eles se sabem desfrutando ou aturando algo destinado a adolescentes.

O Estatuto da Criança e do adolescente (ECA) pode ser compreendido como um dos fatores que confluíram para que a vivência da juventude fosse abarcada por outras camadas sociais, que não a burguesa estudantil. De fato, para a autora Helena Abramo (1994, p. 55),

os anos 70 e 80 introduziram transformações significativas no quadro da juventude brasileira [...] mas é possível ressaltar uma mudança sensível na composição da categoria juvenil dos meios urbanos do país, se nos anos 50 e 60 esta referia-se centralmente aos jovens de classe média, agora passa indiscutivelmente a abranger os jovens dos setores populares

Se por um lado, nos anos recentes, à condição de jovem pôde ser incluídas também parcelas das camadas populares, por outro, as desigualdades e diferenças experimentadas pelos sujeitos jovens revelam que se pluralizou a categoria, hoje em dia referida no plural. As desigualdades são reconhecíveis, inclusive, nas representações utilizadas para se referir a jovens e adolescentes de diferentes grupos sociais. Exemplo disso são os termos "menores" e "estudantes", utilizados

largamente pela mídia para se referir respectivamente aos adolescentes pobres e aos de classe média e alta.

4.2. Por que não adultos, trabalhadores ou estudantes

Segundo os adolescentes ouvidos, a questão da idade é o que os descredenciam para se dizerem adultos. Para alguns deles, adulto é quem "trabalha com carteira assinada", enquanto eles trabalham, mas com "outros tipos de vínculos e atividades". Pelo tom, aqui, eles pareciam querer dar a entender o envolvimento com situações remuneradas, mas ilícitas, como o tráfico de drogas.

Quanto à categoria estudante, constata-se que eles parecem atribuir a não identificação como tal à falta de afeto pelo estudo e, sobretudo, pela escola que parece não fazer parte do universo de interesse deles e é encarada com dificuldade. Eles admitem que estudam, isto é, estão matriculados, mas "vão à escola só de vez em quando".

De fato, a escola, como instituição especializada na educação de adolescentes e jovens, junto com outras agências socializadoras, contribui para reproduzir o arcabouço de critérios e padrões determinados que se constituem como repertório que jovens terão para formularem sua própria presença no mundo, marcada pela 'regularidade das práticas sociais', mas também por suas 'mudanças e inovações'. No entanto, para Marília Pontes Sposito (2005), há um processo crescente de desinstitucionalização e esvaziamento do papel das instituições tradicionais, sobretudo, a escola, por não cumprirem suas promessas de inclusão social e ascensão futura. Entre adolescentes e jovens das classes populares, as promessas de inclusão pela educação tornam-se sempre mais distantes, o que contribui para esvaziar o sentido da escola como possibilidade de afiançar para si e para os seus um futuro melhor.

4.3. Como identificam o discurso sobre eles

Os adjetivos que foram apresentados aos jovens foram selecionados utilizando-se critério aleatório e pretendem representar a diversidade de discursos

circulantes em relação aos adolescentes e jovens. O que une esses adjetivos são os enunciados deles derivados que tratam o adolescente como objeto de discurso da mídia e de outras instituições, e que constituem sistemas de conhecimento sobre adolescentes e jovens ou que processam os saberes presentes em tantos discursos, como o pedagógico e o psicológico. O adjetivo "aborrecente", por exemplo, pode ser traduzido como um enunciado e identificado nos discursos psicológicos que encaram a adolescência como um período potencial de crise e de tensão pessoal e social.

Abaixo, a organização feita pelos adolescentes dos adjetivos disponibilizados em cartões, identificando cada um deles com o discurso de uma instituição.

Mídia	Família	Polícia	Escola	Descartado
incapazes	Crianças	corajosos	desobedientes	adultos
consumidores	importantes	rebeldes	inteligentes	inovadores
perigosos	sonhadores	violentos	Burros	santos
rebeldes	respeitadores	perigosos	Crianças	sérios
perdidos	desiludidos	bandidos	Jovens	
atualizados	Capazes			
adolescentes	responsáveis			
bandidos	consumidores			
crianças	aborrecentes			
violentos	obedientes			
	irresponsáveis			
	Futuro			
	desinteressados			
	estudiosos			
	trabalhadores			
	teimosos			
	Alegres			

Quadro 1: os discursos das instituições, segundo os adolescentes

No agrupamento dos adjetivos, nota-se que os adolescentes agruparam um número maior de adjetivos para algumas instituições. Esse resultado se deu pela dinâmica, que não determinou número de adjetivos para cada instituição. Supõe-se que foram maiores as atribuições de adjetivos de acordo com a intensidade a que os

adolescentes estão expostos a estas instituições. No entanto, se observarmos o quadro, veremos que a diferença na quantidade de adjetivos em cada instituição deve-se basicamente aos adjetivos mais 'positivos', concentrados quase na totalidade na família.

Nota-se que ao tratar da mídia, da polícia e da escola, os adolescentes consideram prevalecer aspectos negativos sobre sua representação. A família é, na avaliação deles, o reduto da compreensão mais positiva a respeito de si.

A relação que esses adolescentes mantêm com cada uma dessas instituições parece afetar o modo como eles identificam os discursos. Quando a mídia entrou em discussão, por exemplo, uma pequena agitação acometeu o grupo. Em torno da figura do apresentador José Luís Datena, traduziram e sintetizaram o discurso midiático na frase: "todo mundo tem que morrer". O modo como os adolescentes em conflito com a lei estão submetidos a esses discursos como destinatários dos 'ataques' de figuras como o apresentador nomeado por eles pode explicar a percepção que fazem do discurso da mídia. Possivelmente, eles não estão expostos somente ao programa do apresentador José Luís Datena, mas esse discurso, por sua capilaridade e por se relacionar com outros enunciados discursivos punitivos, ganha destaque.

O discurso midiático, que reivindica maior severidade no tratamento de adolescentes ou adultos em conflito com a lei, é articulado com outros campos discursivos, como o da polícia. Então, a identificação do discurso midiático com o discurso policial reforça a negatividade. De fato, os adjetivos 'rebeldes', 'perigosos', 'bandidos' e 'violentos' se repetiram na identificação que os adolescentes fizeram do discurso da mídia e do discurso policial a respeito de si. Observe-se que, como muitos estudos e mapas da violência revelam, adolescentes e jovens do sexo masculino, negros e pardos são as principais vítimas das mortes cometidas por policiais e, ao mesmo tempo, a mídia é uma das principais veiculadoras do discurso em prol da redução da idade penal.

Ao contrário de mídia e polícia, o tema escola teve pouca repercussão entre os adolescentes. Nos comentários deles, os poucos adjetivos atribuídos ao discurso escolar são similares aos da família, como a questão da obediência. Essa interdiscursividade pode ser relacionada à intersecção das duas instituições como as principais agências socializadoras na infância, porém com menos centralidade na adolescência e juventude. Outro aspecto é que a família sempre foi a principal

destinatária dos enunciados discursivos do campo pedagógico sobre a educação e higienização dos filhos (GONDRA, 2000). Sendo assim, família e escola compartilham muitos discursos sobre adolescentes e jovens.

Como observado no quadro, a família figura entre as instituições em que as representações construídas sobre os adolescentes é a mais positiva. Em um cenário de retraimento de direitos que garantam inserção plena, por meio do emprego, esses adolescentes atribuem aos laços familiares, além das trocas afetivas e simbólicas, a possibilidade de alguma estabilidade e mecanismos de sobrevivência mais estáveis, daí também a atribuição de aspectos positivos ao discurso familiar sobre si (SPOSITO, 2005). Além disso, sem generalizações, percebe-se que os adolescentes ouvidos identificam a família como um espaço social diferenciado, no qual prevalece a proteção e valorização, em confronto com a rede de relações mais amplas em que a sociedade se organiza.

Entre aos adjetivos descartados, porque foram considerados pelos adolescentes como inconciliáveis com aquilo que se diz deles estão: adultos, inovadores, santos e sérios. Os adolescentes não esclareceram o que eles mesmos pensam sobre essas palavras, mas, ao se valer do senso-comum, podemos afirmar que esses são compreendidos como adjetivos positivos, por razões diversas: o poder se concentra entre os adultos; o capitalismo louva sempre a capacidade de criação, porque isso mantém vivo o sistema de consumo; a moral, mesmo que no plano do ideal, preconiza uma espécie de santidade e retidão; a seriedade é antagônica da irresponsabilidade recorrentemente atribuída aos jovens e adolescentes.

Os adolescentes não distinguiram se os discursos por eles identificados referem-se a adolescentes de um modo geral ou aos que vivem algum conflito com a lei. Em verdade, a questão da irregularidade penal não emergiu na fala deles. Notoriamente, o pequeno e efêmero contato da pesquisadora com os adolescentes reduziu a possibilidade de eles dizerem mais de si.

A quantidade reduzida de encontro e o tempo exíguo de contato com o grupo de adolescentes também dificultou identificar diferenças em suas abordagens sobre os discursos que eles reconhecem nas instituições sobre si e sobre outros adolescentes; os discursos deles sobre eles mesmos e também a incorporação dos discursos atribuídos às instituições, isto é, o quanto eles 'concordam' com o que dizem deles.

5. A resistência, se ela existe

Foucault identifica que o desejo de conhecimento do sujeito tornou-se desejável e indispensável na sociedade moderna (apud FISHER, 2011b, p. 593). A prática discursiva produz um saber a respeito dos indivíduos, que deve ser reconhecido por eles e pelos outros; implicando no modo como fazem a experiência de si mesmo. A subjetividade é, portanto, construída como um processo que liga o sujeito a uma verdade produzida sobre ele, por meio do discurso que põe em funcionamento relações de poder. Para Foucault,

o poder não está, pois, fora do discurso. O poder não é nem a fonte nem a origem do discurso. O poder é algo que funciona através do discurso, porque o discurso é, ele mesmo, um elemento em um dispositivo estratégico de relações de poder (apud CASTRO, 2009, p.120).

Ao mesmo tempo, não se pode afirmar que o processo de subjetivação de adolescentes em conflito com a lei seja vivido como uma via de mão única ou, em outras palavras, é preciso considerar os processos de resistência e produção de contradiscursos. Esses contradiscursos, embora não possam ser reconhecidos como produção genuína dos adolescentes, podem apontar outros fatores de constituição das identidades juvenis.

Em seus estudos com jovens marginalizados na França, François Dubet (1996) reconhece a possibilidade de autonomia em relação às formas de representação e subjetivação justamente pela incorporação e exacerbação dos estigmas atribuídos a esse público. Para ele, a subjetividade é entendida “como uma atividade social gerada pela perda da adesão à ordem do mundo, ao *logos*”. Essa perda de adesão pode ser compreendida como uma rejeição ao controle exercido pelas categorias da identidade impostas.

A atitude mais comum consiste em anular o estigma mediante o excesso de conformismo: os jovens <<exageram>> em relação ao estigma, mostram-no <<demasiado>> na violência, na delinquência, na recusa do esforço e esvaziam assim o estigma do seu conteúdo. Eles identificam-se excessivamente com as personagens que lhes são impostas a fim de se tornarem <<insuportáveis>> e <<intragáveis>> para aqueles mesmos que os estigmatizam. O estigma, instrumento de controle social, é desviado do seu sentido pelo próprio excesso, e dirigido contra seus autores. Esta

atitude tem em vista reconstruir uma dignidade, um Ego próprio independente das categorias da identidade impostas do exterior [...] há um desvio do estigma como há um desvio da lei (DUBET, 1996, p. 99).

Em todo caso, essa autonomia forjada em torno dos estigmas se constrói a partir de uma verdade que objetiva o indivíduo. Poderia se dizer que, mesmo que sugira a não aceitação passiva e integral das representações a seu respeito, essa autonomia é construída com base nos saberes construídos sobre os sujeitos falados nos discursos. No entanto, é preciso considerar, como apontado por Foucault, que os indivíduos estão sempre em posição de exercer o poder, uma vez que não são seu alvo, mas centros de transmissão. Desse modo, podemos enfatizar a importância de observar os pequenos e múltiplos sinais de resistência aos modos de subjetivação entre adolescentes em conflito com a lei. Ainda que esse artigo não possua elementos suficientes para analisá-los, acredita-se que a própria captura, a identificação que os adolescentes fazem dos discursos sobre si, pode apontar uma atuação de resistência e exercício de poder. Para Foucault, o fato de o poder exercer-se somente sobre sujeitos livres revela que a possibilidade de resistência e liberdade estão sempre presentes.

A relação de poder e a insubmissão da liberdade não podem ser separadas. O problema central do poder não é da *servidão voluntária* (como podemos nós desejar ser escravos?): no coração da relação de poder, *provocando-a* sem cessar, está a relutância do querer e a intransitividade da liberdade. Mais do que um *antagonismo* essencial seria melhor falar de um *agonismo* - duma relação que é simultaneamente incitação recíproca e luta; seria menos uma oposição termo a termo que os bloqueia um em face do outro e mais uma provocação permanente (FOUCAULT, 2001, p.14).

Os discursos sobre adolescentes em conflito com a lei, produzidos e/ou veiculados pela mídia, pela família, pela escola e pela polícia, procuram delimitar os lugares sociais nos quais esses indivíduos devem se posicionar ou ainda delimitar sua própria condição existencial ao dizer aquilo que são, o que podem ser e o que não são e o que não podem ser. Ao detectar esses discursos, no entanto, os adolescentes podem sinalizar que sua subjetividade é construída também pela sua própria experiência social e não apenas pelas representações criadas discursivamente sobre eles. Podem afirmar, inclusive, que suas subjetividades compõem-se da oposição que fazem em relação àquilo que dizem deles ou, como afirma Dubet, sua identificação com os estigmas impostos pode representar antes resistência que mera submissão, numa espécie de revide do controle que se lhes

impõe. De certo modo, Luiz Eduardo Soares (2004), quando afirma que o adolescente invisibilizado encontra prazer e poder com uma arma na mão porque se torna visível, ajuda-nos a compreender que “o estigma, instrumento de controle social, é desviado do seu sentido pelo próprio excesso, e dirigido contra seus autores” (DUBET, 1996, p. 99).

6. Considerações finais

As reflexões expostas neste artigo, provocadas pelo contato com os adolescentes em conflito com a lei, reforçam algumas convicções a cerca do tema juventude, mídia e poder; inserem novas indagações a respeito do problema em questão; e iluminam alguns aspectos do problema que podem ser ponto de partida para a continuação da investigação junto a esse público.

Na perspectiva das convicções reforçadas, amplia-se a noção a respeito da complexidade dos processos de recepção dos discursos midiáticos hegemônicos. Na linha das percepções dos Estudos Culturais, sobretudo no que se refere à Teoria da Recepção, compreende-se que as relações de poder ativas entre emissores e receptores é complexa e não envolve somente transmissão. Como aponta Stuart Hall (2003), a decodificação do conteúdo midiático pode acontecer a partir de três posições: posição do código hegemônico-dominante, posição do código negociado e código de oposição. Não se trata, no entanto, de pressupor, vagamente, equidade de recursos nessas relações de poder, mas de reconhecer os processos de negociação que esses adolescentes acabam por estabelecer.

Assim, embora os discursos midiáticos sobre adolescentes em conflito com a lei possam descrevê-los e subjetivá-los, na medida em que os fazem encontrar-se com uma *verdade* sobre si mesmo, a forma como os adolescentes negociam essas verdades ou mesmo, como vimos em Dubet, a forma como assumem esses estigmas representa um jogo de mediação. Desse modo, a partir da compreensão foucaultiana do poder, consideramos que os adolescentes em conflito com a lei estão em constante embate e negociação com os discursos que os descrevem, numa relação onde exercem o poder. Se não estão na disputa por transformar as representações discursivas a seu respeito, de um certo modo, os adolescentes transformam as práticas de controle que os cercam em ação contra seus agentes,

seja pela captura dos discursos sobre si, seja pela exacerbação dos estigmas que lhes são atribuídos.

Estas percepções iniciais sobre a negociação dos sentidos dos discursos midiáticos entre adolescentes em conflito com a lei reforça a necessidade de avançar os estudos de recepção entre o público adolescente marginalizado. Se, como afirma Luiz Eduardo Soares (2006), o estigma pode ser atribuído pela representação negativa ou pela indiferença (invisibilidade), vemos que a resistência dos adolescentes pode ser manifesta pela própria identificação com os estigmas ou mesmo pelo reconhecimento desses estigmas, mas sobre isso há que se investigar mais.

Entre as questões novas que emergiram no contato com os adolescentes e que podem compor uma agenda para futuros estudos, destacamos algumas: em confronto com os discursos sobre si, quais as explicações que adolescentes em conflito com a lei oferecem sobre as experiências que vivem e compartilham com seus pares? O que essas explicações revelam do seu posicionamento em relação às explicações e descrições a seu respeito, isto é, como atuam neste campo de poder discursivo? Como constroem seus enunciados discursivos, assimilando, mobilizando ou rejeitando os discursos da mídia e de outras instituições sobre si? Se esses enunciados discursivos se constituem como discursos contra-hegemônicos, em que medida eles são ou podem ser politizados, nas micro-relações cotidianas ou nas esferas deliberativas? De que modo os discursos sobre adolescentes em conflito com a lei se relacionam com enunciados sobre adolescência em geral e como operam na produção social de inclusões e exclusões desses indivíduos?

Estas indagações, contudo, trarão novidades apenas se o processo metodológico de investigação for, ele mesmo, possibilidade de identificar como operam os discursos juvenis e como produzem resistência em relação a esses discursos, isto é, como atuam nas relações de poder nas quais estão envolvidos (geracional, social, judicial etc.). Como o próprio percurso deste estudo mostrou, investigar junto de adolescentes e jovens em conflito com a lei implica em exigências comuns a todas as pesquisas de abordagem qualitativa que tem como elemento central o contato com os interlocutores, mas acrescenta outros desafios provenientes de sua situação de subalternizados e tutelados.

Ainda sobre as questões iluminadas por este contato com os adolescentes que podem ser ponto de partida para outros estudos, nas pesquisas que temos feito,

identificamos que os discursos circulantes sobre adolescentes, sobretudo em conflito com a lei, produzidos pela mídia ou por outras instituições e veiculados por ela, se circunscrevem como práticas de poder que, ao descrever esses sujeitos, tende a individualizá-los, como categoria geracional e social, marcá-los e corrigi-los, por meio da prescrição de medidas e técnicas destinadas a eles. Essas técnicas podem ser educativas, no âmbito das instituições socializadoras, ou punitivas, no âmbito das instituições ressocializadoras.

A compreensão do funcionamento dos discursos sobre adolescentes em conflito com a lei e sobre a construção dos discursos deles mesmos pode ser um impulso para identificar e romper os estigmas que os marcam e os excluem. Pode ser também um impulso para identificar novas formas de resistência e caminho para pensar meios de politizá-la e dirimir as inúmeras formas de exclusão que, pelo discurso, se constituem e se cristalizam na sociedade.

7. Referências

ABRAMO, Helena W. **Cenas Juvenis: Punks e Darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Scritta, 1994.

_____. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. 1997. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo. n. 5-6. p. 25–36.

ABRAMOVAY, Miriam. Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para as políticas públicas. **Brasília**: Unesco/BID, 2002.

ADORNO, Sérgio. **Crianças e adolescentes e a violência urbana**. São Paulo: NEVUSP. 2003.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault** – um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Trad. Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CORREIA, Vanessa Aparecida Araújo. **O caso Champinha**: o papel da imprensa paulista na consolidação de uma mentalidade social punitiva. Disponível em: <http://serv01.informacao.andi.org.br/25ddd12e_117460dd374_-7f99.pdf .>. Acesso em: 15 jul. 2011.

DELEUZE, Gilles. O ato da criação. Trad. José Marcos Macedo. São Paulo. Em: **Folha de São Paulo, Caderno Mais!**, 27 de junho de 1999.

DUBET, François. **Sociologia da Experiência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em Educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo (SP), v. 114, 2001, p. 197-223. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a09n114.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2011c.

_____. **Adolescência em discurso**: mídia e produção de subjetividade. Tese de doutorado em Educação. Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio

Grande do Sul, 1996. Disponível em:
<<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/10281>>. Acesso em: 30 jun. 2011a.

_____. Mídia e educação da mulher: sobre modos de enunciar o feminino na TV. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis (SC), v. 9, n. 2, 2001, p. 586-599. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8642.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2011b.

FOCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. O sujeito e o poder. In Dreyfus, H; Rabinow, P.; **Michel Foucault**, uma trajetória filosófica. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1995.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **Dois ensaios sobre o sujeito e o poder. Mídia e Poder**. 2001. Disponível em: <<http://jornalista.tripodi.com/midiaepoder/comtemp.htm>>. Acesso em: 11 jul. 2011.

GONDRA, José Gonçalves. Medicina, higiene e educação escolar. In. LOPES, Eliane Marta Teixeira et al (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 2ª ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

GROPPO, Antônio. Juventude. **Ensaio sobre Sociologia e História das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

LIPPMANN, Walter. **A opinião Pública**. Trad. Jacques A. Wainberg. Petrópolis: Editora Vozes, 2008 (edição original de 1922).

MARQUES, Ângela C. S.; MAIA, Rousiley C. M. A Conversação sobre temas políticos em contextos comunicativos do cotidiano. **Política & Sociedade**, v. 7, n. 12. Florianópolis, 2008.

NOVAES, Regina. Juventude, exclusão e inclusão social: aspectos e controvérsias de um debate em curso. In Freitas, M. V.; PAPA, F. C (orgs.). **Políticas Públicas Juventude em pauta. São Paulo.** Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação. Fundação Frieddrich Ebert. 2003.

SOARES, Luiz Eduardo. O futuro como passado e o passado como futuro: armadilhas do pensamento cínico e política da esperança, In. **Culturas Jovens, novos mapas de afeto.** Maria Isabel Mendes de Almeida e Fernanda Eugênio (orgs.). Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

_____. Juventude e violência no Brasil contemporâneo. in In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Orgs.). **Juventude e sociedade:** trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SPOSITO, Marilia Pontes. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira:** análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 87-127.